

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

DESPACHO N.º 18556/2020

MOBILIDADE INTERNA INTERCARREIRAS

Manuel de Oliveira Lopes, Vereador do Pelouro da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território, torna público:

Considerando que quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade, podendo esta operar-se dentro do mesmo órgão ou serviço.

Considerando que a mobilidade reveste as modalidades de mobilidade na categoria e mobilidade intercarreiras ou intercategorias, sendo que a mobilidade intercarreiras ou intercategorias pode operar-se para o exercício de funções não inerentes à categoria de que o trabalhador é titular e inerentes, nomeadamente, a carreira/categoria de grau de complexidade superior, dependendo para o efeito de habilitação adequada do trabalhador.

E, tendo em conta que de acordo com o Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2020, elaborado nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 10, de 15 de janeiro de 2020, foi identificada, entre outras, a necessidade de recrutamento, através de mobilidade interna no órgão, na modalidade intercarreiras, de um posto de trabalho de técnico superior, no Serviço de Gestão Processual, da Divisão de Qualidade, Atendimento e Fiscalização.

Considerando que o presente recrutamento encontra-se previsto no mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados, devidamente publicitado no site do Município de Vila Verde.

Considerando, ainda, que se encontra concluído o procedimento de recrutamento com recurso a mobilidade interna, efetuado pela comissão de avaliação designada pelo signatário, em conformidade com as normas orientadoras para recrutamento com recurso a mobilidade interna (na categoria, intercategorias e intercarreiras) elaboradas pelo Município de Vila Verde, tendo ficado selecionada a trabalhadora, Maria Cecília Cerqueira Azevedo.

Considerando, por fim, que a trabalhadora **Maria Cecília Cerqueira Azevedo**, detém contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de assistente técnica, há mais de um ano, é titular das habilitações literárias exigidas para o exercício de funções com de complexidade 3 (Licenciatura), inerentes ao desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho de técnica superior, em conformidade com os requisitos de admissão previstos no ponto 4 das normas orientadoras para recrutamento com recurso a mobilidade interna.

Determino, no exercício da competência prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º da Lei nº 75/2013, de 12/09, o seguinte:

1. Nos termos do artigo 92.º, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 93.º e do artigo 94.º, todos da LTFP e reunidos que estão todos os requisitos e formalismos legais, determino que se opere a mobilidade interna intercarreiras, com efeitos a 3 de agosto de 2020, da assistente técnica, Maria Cecília Cerqueira Azevedo, titular de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, afeta ao Serviço de Gestão Processual, da Divisão de Qualidade, Atendimento e Fiscalização, para a carreira e categoria de técnica superior, no Serviço de Gestão Processual, da Divisão de Qualidade, Atendimento e Fiscalização.
2. Que de acordo com o n.º 3, do artigo 153.º da LTFP, a trabalhadora **Maria Cecília Cerqueira Azevedo** passe a auferir pela 1.ª posição, nível remuneratório (NR) 11, da tabela remuneratória única (TRU) aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, correspondente à remuneração mensal de (euro) 998,50€.
3. Que a duração da mobilidade seja de 180 dias conforme dispõe o artigo 97.º do anexo à LTFP, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º-A da referida Lei;
4. É designada como supervisora da presente mobilidade a chefe de Divisão de Qualidade, Atendimento e Fiscalização, Dr.ª Filipa Vilela, a quem compete acompanhar e avaliar a trabalhadora.

5. Nos termos da informação prestada pela Divisão de Administração e Finanças, em 18 de abril do corrente, inserta na Informação da Divisão de Recursos Humanos n.º 14494, de 08 de junho de 2020, o encargo encontra-se cabimentado e comprometido.
6. Determino, ainda, a publicação, por extrato, mediante afixação nos locais habituais e inserção na página eletrónica do Município conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da LTFP.

Vila Verde, 31 de julho de 2020.

O Vereador da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território,
(ao abrigo do Despacho n.º 17594, de 16.11.2017, publicitado através do edital n.º 87/2017)



- Manuel de Oliveira Lopes, Dr. -

